

DIVERSIDADE REGIONAL NA IDADE DO BRONZE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Visibilidade e opacidade do «registo arqueológico»*

Susana Oliveira JORGE**

INTRODUÇÃO

A maioria dos arqueólogos que estuda o Bronze Ibérico aceita a existência dum fenómeno de crescente complexidade social durante este período. Apesar de óbvias particularidades regionais, tal fenómeno parece manifestar-se através do incremento de processos gerais designados, segundo a nomenclatura funcionalista/processual, por intensificação da produção, interacção, hierarquização social e integração socio-política (Chapman, 1991). São admitidas, no seio deste fenómeno, singularidades espacio-temporais, assimetrias regionais, diferentes ritmos de complexificação. Aceita-se mesmo, para certas regiões, períodos de «involução», os quais são encarados como recuos temporalmente efémeros e geograficamente localizados, adentro do processo globalmente «inevitável» da «complexificação social» (Gilman, 1987 b). Contudo, tais «involuções» são caracterizadas como adaptações regionais, motivadas por inúmeros factores, como a especificidade do meio-ambiente e dos recursos disponíveis, as diversas tradições locais, as múltiplas interacções inter-comunitárias, os diferentes mecanismos de inter-dependência supra-regional, etc. Todos esses factores influem na trajectória de cada grupo e, em conjunto, modelam regionalmente o processo de complexidade cultural (Gilman, 1987 a, b, Chapman, 1991, Diaz-Andreu, 1993, 1995).

* O presente texto corresponde à versão portuguesa ilustrada com estampas, do artigo intitulado «Regional diversity in the Iberian Bronze Age – on the visibility and opacity of the archaeological record», publicado em *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 36, Porto, 1996, pp. 193-214.

Trata-se de um texto de síntese apresentado ao Colóquio internacional «The Identity of Bronze Age Europe» (Londres, 1994), realizado no quadro da «Campanha da Idade do Bronze», do Conselho da Europa.

Sendo um texto que incide sobre diversas facetas da Idade do Bronze da Península Ibérica, numa perspectiva problematizante, parece-me útil a respectiva publicação, em língua portuguesa, com vista a uma mais ampla e rápida disseminação do seu conteúdo no seio da comunidade arqueológica em Portugal e Espanha.

Nesta versão adopta-se uma cronologia absoluta baseada em datas de calendário.

**Instituto de Arqueologia da FLUP.

E contudo, como se sabe, os indicadores funcionalistas/processuais de intensificação, hierarquização e integração são dificilmente quantificáveis no chamado «registo arqueológico». Fundamentalmente porque podem assumir configurações materiais muito distintas. Assim, a sua identificação está dependente da correlação de múltiplas variáveis e não apenas da presença/ausência dum número restrito delas.

Apesar destas limitações, uma larga maioria de arqueólogos admite hoje que a «complexificação social» – desde o 3º milénio a.C. até aos inícios do 1º milénio a.C. – se expressa através duma progressiva visibilização de «materialidades» (Barrett, 1994) conectadas com a esfera do poder. Tal visibilização – segundo tais arqueólogos – transparece na monumentalização e/ou especialização dos contextos domésticos/sepulcrais, no enriquecimento e diversidade dos espólios funerários e ainda na presença de artefactos de excepção, que, em conjunto, terão envolvido contextos ritualmente ostentatórios. Em suma, o fenómeno de complexidade social parece correlacionar-se globalmente com novos cenários de manifestação social que, em regra, terão deixado uma marca visível no registo arqueológico.

Todavia, a validação empírica da correlação entre visibilidade arqueológica e complexidade social tem-se mostrado problemática. Esta dificuldade é particularmente expressiva quando se tenta caracterizar o Bronze Antigo e Médio (2300-1500/1300 a.C.): à excepção do Sudeste e áreas limítrofes, as restantes regiões peninsulares não parecem revelar os indicadores clássicos de tal «complexidade». A não admitirmos que a um período de múltiplas e diversas «complexidades» (Calcolítico) terá sucedido um outro caracterizado por «involuções» várias (Bronze Antigo/Médio), só resta questionar o próprio valor heurístico dos referidos indicadores. Por outro lado, durante o Bronze Final, volta a aumentar a visibilidade dos testemunhos materiais correlacionáveis com os processos de intensificação, interacção, hierarquização e integração. Mas essa visibilidade já não recai nos contextos tradicionais de poder. O deslocamento dos cenários de poder, dos clássicos contextos funerários para novos contextos domésticos/rituais, altera o antigo padrão e põe em causa o modelo neo-evolucionista subjacente ao conceito de «complexidade social».

A assunção de que a complexidade social se traduz numa progressiva visibilidade arqueológica não é apenas específica de estudos sobre a Idade do Bronze na Península Ibérica. De facto, percorre todas as construções da Pré-História e Proto-História europeias. No presente texto tentarei reflectir sobre a forma como, nos estudos sobre o Bronze Ibérico, se tem manipulado os conceitos de visibilidade e invisibilidade dos testemunhos arqueológicos, por forma a circunscrever, ampliar ou eventualmente rejeitar os parâmetros clássicos da concepção processual de «complexidade social».

DO CALCOLÍTICO AO BRONZE FINAL

1. CALCOLÍTICO, C. 3000 – 2300 A.C.

Até finais dos anos 80 considerou-se o Sudeste e a Estremadura portuguesa como as duas únicas áreas peninsulares culturalmente «evolucionadas» (Chapman, 1991). Um dos indicadores dessa maior complexidade cultural seria a emergência, a partir dos inícios do 3º milénio a.C., em ambas as áreas, de povoados fortificados, tradicionalmente correlacionados com a metalurgia do cobre, a edificação de sepulcros em falsa cúpula e o fabrico de alguns artefactos de prestígio. Independentemente de explicações de carácter colonial ou autoctonista (V. Hernando Gonzalo, 1988, Martinez Navarrete, 1989), que faziam das referidas inovações, quer o produto de migrações populacionais desde o Mediterrâneo Oriental, quer o resultado de transformações endógenas, os povoados fortificados foram sempre vistos como locais com funções defensivas, dissuasoras e ostentatórias. Veiculavam basicamente conflitos:

quer entre os colonos e os indígenas para obtenção do cobre ibérico (versão colonial), quer entre as comunidades locais, na necessidade de afirmação de direitos territoriais (versão autoctonista). Em qualquer das correntes explicativas, o povoado fortificado era entendido como um indicador hegemónico de um determinado grau de desenvolvimento socio-político.

No caso das perspectivas funcionalista/processual, o povoado fortificado emergia como um sinal individual que ilustrava processos gerais designados por intensificação, diferenciação, competição/interacção ou complexidade.

Recentemente procedi à reavaliação do Calcolítico ibérico tomando como eixo precisamente as chamadas «fortificações» (Jorge, 1994). Neste sentido, investiguei duas ordens de questões: a eventual restrição espacio-temporal destes sítios amuralhados às regiões clássicas e suas periferias (Sudeste e Estremadura portuguesa); a correlação deste sítios com os processos decorrentes da complexidade social. Este último ponto afigurava-se-me, à partida, crucial, na medida em que a eventual desconstrução do carácter unitário do conceito de «povoado fortificado» poria igualmente em causa o perfil uniformizador dos processos que lhe teriam dado origem. De facto, mesmo antes de se proceder a um estudo exaustivo dos dados, parecia-me óbvio que as fortificações calcolíticas eram fundamentalmente locais onde se tinha investido energia e saber tecnológico. Nesse sentido poderiam aparecer como indicadores genéricos de um determinado grau de organização social e de liderança. Mas não estando estes dois aspectos suficientemente contextualizados (nas suas vertentes espacio-temporais), afigurava-se-me pouco útil recorrer sistematicamente a rótulos como «intensificação» ou «complexidade social» para caracterizar realidades plurais expressas naqueles lugares.

Na sequência desta investigação analisei cerca de 70 povoados calcolíticos (pertencendo predominantemente à primeira metade do 3º milénio a.C.), distribuídos por uma vasta área: Sudeste, Sudoeste, Estremadura portuguesa, Meseta Norte e sua periferia ocidental. Foram revistos os respectivos enquadramentos espacio-temporais, os tipos arquitectónicos, os cenários de uso dos espaços domésticos, a relação espacio-temporal dos povoados com os contextos funerários coevos, os graus de visibilidade/monumentalidade dos habitats, etc. O balanço final desarticulou, de facto, as ideias firmadas sobre as fortificações calcolíticas ibéricas. Na verdade, este estudo demonstrou que apenas podemos sustentar algumas ideias gerais: durante um lapso de tempo de cerca de 1000 anos surgiram na Península Ibérica sítios delimitados por muros, muretes ou muralhas, com durações diversas, articulados com ecossistemas variados, vinculados a processos económicos e sociais distintos. Ou seja, a expressão «povoado fortificado» não apresenta unidade semântica. O único elemento comum tem a ver com a arquitectura: são povoados que foram tão só delimitados ou cercados por estruturas pétreas, com diferentes graus de durabilidade, visibilidade e monumentalidade. A área habitada, agora mais restrita, encontra-se contida num espaço cercado por muros ou muralhas. A questão que normamente se coloca é a seguinte: para que serviram tais delimitações pétreas? Penso que tais delimitações só ganharão sentido quando associadas a práticas que, por sua vez, devem ser lidas por referência a uma ordem mais ampla, observável numa paisagem mais abrangente. Os muros e as muralhas, independentemente de terem podido funcionar como defesas num determinado momento da sua história, devem ser globalmente considerados como dispositivos comunicacionais ao serviço de formas específicas de territorialização e de identificação comunitárias.

De facto, se analisarmos as regiões onde surgem povoados murados, tendo em conta a sua relação com outros povoados¹ e sepulcros contemporâneos, constatamos uma característica comum: uma nova forma de ocupação da terra e, correlativamente,

¹ Entre os povoados deste período, deve salientar-se os que são rodeados por fossos (por ex., La Pijotilla ou St^o. Vitória). A sua eventual monumentalidade requeria a manutenção de estruturas em madeira e barro, em vez de estruturas pétreas, madeira e barra.

a emergência de novos sistemas da sua representação. Na verdade, desde os finais do 4º milénio a.C. que, em todas estas áreas, ainda que com diversos meios tecnológicos e humanos, se observam investimentos agrícolas de longo prazo. Tais investimentos podem ter recorrido quer ao regadio (por ex., no Sudeste) (Gilman/Thornes, 1985, Chapman, 1991), quer a outros mecanismos agrícolas intensivos, sob a forma, por ex., de implantação de curtos períodos de pousio. Todos estes investimentos tiveram como resultado ocupações continuadas nos mesmos sítios durante longos períodos de tempo (V. por ex., a cronologia de povoados como Los Millares, Zambujal, Castelo Velho de Freixo de Numão, etc.). Assim, não se pode dissociar tais investimentos na agricultura do aparecimento de ocupações contínuas e sistemáticas em territórios geográfica e conceptualmente cada vez mais circunscritos. O novo território acompanha a primeira grande «fragmentação da paisagem agrícola» (V. ocorrência similar na Grã-Bretanha, numa fase mais tardia) (Barrett, 1994). Do 4º para o 3º milénio a.C., passa-se dum território amplo, fluido, a um território mais restrito, com fronteiras – reais e cognitivas – onde se incrementam dicotomias espaciais como interior/ exterior, dentro/fora.

A gestão deste novo território por parte de grupos ainda debilmente hierarquizados ou politicamente não centralizados, exigiu uma muito mais nítida demarcação de fronteiras, um incisivo sublinhar de espaços, uma anotação de trajectos, o controlo de acessos, a imposição espacial de proibições, a expressão espacial de possibilidades. A nova gestão requereu uma nova inscrição espacial do poder, a qual também modelou a própria percepção do território. O povoado cercado da primeira metade do 3º milénio a.C., independentemente da teia de relações contextuais a que esteve ligado, reproduziu, a nível local, um novo figurino de «pertença a», novas percepções, individuais ou colectivas, do mundo social. De salientar que tal movimento – o qual ocorreu durante a consolidação da «2ª revolução agrícola» (Vicent, 1989) – é bastante abrangente a nível peninsular. O povoado cercado, enquanto sintoma duma «meta-regularidade» – uma nova forma de apropriação do território – ocorre desde Almeria, no Sudeste, até à bacia do Douro (V., nesta última área, os povoados de Castelo Velho e El Pedroso). O que eu sugeri em 1986 para uma micro-região do Norte de Portugal (Jorge, 1986) pode também ser observado no Norte da Península e, em particular, nas províncias de Trás-os-Montes e Alto Douro, Zamora e Salamanca: o incremento da produção agrícola intensiva e a emergência do povoamento permanente desde, pelo menos, os inícios do 3º milénio a.C. (Jorge, 1992). Os investigadores que gostariam de negar esta evidência para apoiar a tese de que o povoamento permanente no Noroeste só teria tido lugar a partir do Bronze Final (Ruiz-Gálvez, 1991/1992 a, Fabião, 1992) deveriam reflectir sobre os importantes indicadores de reforço da produção detectados em povoados calcolíticos publicados, como Las Pozas, Zamora (Val Recio, 1992, Morales Muñoz, 1992), Buraco da Pala, Mirandela (Sanches, 1987, 1989, Sanches *et alii*, 1993), ou Castelo Velho, Vila Nova de Foz Côa (Jorge, 1993). Por outro lado, o povoamento permanente pode envolver muitas formas de manipulação da paisagem sem que tenha de forçosamente exprimir-se através de estruturas domésticas duradouras. O que significa que pode, numa abordagem superficial, tornar-se invisível. Todavia, cremos poder afirmar que, em povoados calcolíticos com muretes, muros ou muralhas, como Castelo Velho e El Pedroso, já referidos, S. Lourenço em Chaves (Jorge e Santos, em preparação), e outros sítios ainda praticamente inéditos do Norte de Portugal (Jorge, 1993, 1994), tal fenómeno – sintoma duma forte implantação territorial – parece indiscutível.

Em suma, de que modo é que a análise de povoados murados calcolíticos pode iluminar a problemática que aqui nos importa? A visibilidade dos chamados «povoados fortificados» remete-nos para um processo de escala muito ampla: a territorialização trata com «sentidos» de nível tão alto que, sob eles, se pode ocultar uma panóplia de formações sociais. Inscrevendo-se em redes com baixa densidade demográfica, as

formações sociais desta fase comportam múltiplas formas e graus de intensificação económica, diferentes possibilidades de especialização e diferenciação social, diversas esferas restritas de troca. Assim, a visibilidade arqueológica dos povoados murados calcolíticos não pode ser interpretada como um indicador infalível de «complexidade». Dada a multiplicidade de processos de nível médio a que se pode associar, transforma-se antes num indelével condutor de opacidade.

2. BRONZE ANTIGO E MÉDIO, C. 2300 – C. 1500/1300 A.C.

Os arqueólogos que têm abordado a Península, os espanhóis em particular, têm insistido repetidamente numa ideia que, não sendo nova, procura ganhar consistência através da validação de novos dados empíricos: por um lado, no Sudeste e suas periferias observa-se um processo de complexidade social que conduzirá à fortemente centralizada comunidade argárica – o «estado argárico» de V. Lull (1983) – por outro, nas restantes regiões peninsulares, apesar de diversidades locais, permaneceram grupos que não chegaram a atingir, nesta etapa, um nível similar de complexidade (Gilman, 1987 a, b, Chapman, 1991, Barceló, 1991, González Marcén *et alli*, 1992, Díaz-Andreu, 1993, García Sanjuán, 1994). Alguns autores referem-se mesmo à existência de um processo de «involução» em regiões exteriores ao Sudeste, por exemplo, na Estremadura portuguesa (Gilman, 1987, Lillios, 1993). Tal distinção, tão abrupta, entre o Sudeste e as restantes áreas peninsulares baseia-se fundamentalmente, mais uma vez, na assunção de que a complexidade social se expressa fundamentalmente através de materialidades associadas ao poder e que este se espelha linearmente através dum conjunto restrito de correlações arqueológicas. Estas correlações são medidas na monumentalidade e/ou estruturação interna dos contextos domésticos, funerários e rituais. Na verdade, assistimos aqui ao estabelecimento dum sistema linear de homologias entre a realidade arqueológica e a realidade cultural, segundo uma abordagem de ressonâncias ainda normativas. Segundo este esquema, a comunidade argárica denotaria um alto nível de complexidade social que se materializaria na recorrência dos seguintes elementos: fortificação dum número abundante de povoados; características proto-urbanas de muitos deles; existência no seu interior, de áreas e estruturas especializadas em vários tipos de produção, nomeadamente a metalúrgica; presença de sepulcros no interior de povoados, articulados com, pelo menos, cinco níveis de classes sociais. Finalmente, a comunidade argárica, criando redes hierarquizadas de povoamento, dispersas por áreas com recursos complementares, acusaria elevados níveis de intensificação e especialização económica, assim como de integração e inter-dependência regionais. A discussão em torno da maior ou menor importância dos recursos produzidos e intercambiados (recursos de subsistência e/ou artefactos metálicos), cujo controle estaria na base da ascensão de elites tão poderosas (Lull, 1983, Gilman, 1987 a, b, Chapman, 1991, Montero Ruiz, 1992, Díaz-Andreu, 1993) não irá ser desenvolvido neste texto. De momento apenas desejo questionar a especificidade social dos grupos argáricos face aos restantes grupos peninsulares. E, a partir desse questionamento, mais uma vez, debater a própria noção de complexidade social.

Se seguirmos a metodologia corrente processual – correlação dum número restrito de variáveis – e procurarmos os indicadores clássicos de tais variáveis no registo arqueológico peninsular, deparemos-nos com o seguinte quadro: durante o Bronze Antigo e Médio persistem, em muitas áreas distantes do Sudeste, povoados murados de tradição calcolítica. Refiram-se apenas alguns exemplos publicados: na bacia do Rio Douro, o povoado de Castelo Velho (Jorge, 1993); na Estremadura portuguesa, o povoado do Zambujal (fase 5) (Sangmeister e Schubart, 1981); no Sul da Meseta Norte são conhecidos vários povoados murados deste período (Fabián Garcia, 1993); no Alto Guadalquivir o povoado fortificado do Bronze Antigo de Peñalosa (Contreras Cortés, 1995) é, finalmente, em sítio com características da periferia argárica. Na

região da Mancha, os grupos das Motillas (Martin *et alli*, 1993) também podem ser encarados como fazendo parte duma área interactiva com o mundo argárico. Contudo, se sairmos das áreas periféricas do Sudeste, cujas fortificações podem ser interpretadas como decorrendo da proximidade com a comunidade argárica, e se fizermos uma breve incursão em testemunhos ainda maioritariamente inéditos², concluímos que, durante o Bronze Antigo e Médio, subsistem fortificações um pouco por toda a Península, mesmo se parecem ser menos frequentes do que na fase anterior. Por outro lado, em alguns povoados abertos têm sido identificados vestígios de aumento da produção agro-pastoril, adentro do que se convencionou chamar a «Revolução dos Produtos Secundários» (Sherratt, 1981, 1983). A título exemplificativo, citemos o caso do povoado com silos (fase inicial) da Bouça do Frade, no Norte de Portugal (Jorge, 1988), cuja primeira ocupação parece remontar aos inícios do 2º milénio a.C., num contexto proto-Cogotas³, e, na Estremadura portuguesa, o povoado do Agroal (Lillios, 1993). Aliás, Harrison (1993) defendeu também recentemente que, durante o 2º milénio a.C., o uso intensivo do pastoreio terá sido decisivo na economia de várias áreas da Península Ibérica. De facto, a utilização do pastoreio faria parte duma estratégia de intensificação económica tão eficaz quanto o policultivo mediterrânico desenvolvido no Sudeste.

Para além dos indicadores referidos de complexidade, podemos citar ainda outros, tradicionalmente entendidos como testemunhos de poder: por exemplo, estelas, em diferentes províncias, como Trás-os-Montes e Alto Douro – a estela de Longroiva (Almagro-Bash, 1966) – e Alentejo – as bem conhecidas «estelas alentejanas», se admitirmos a recente proposta de cronologia de Barceló (1991); sepulcros com alguma complexidade arquitectónica, como os túmulos mais antigos de Atalaia, no Alentejo (Schubart, 1975, Garcia Sanjuán, 1994) ou o monumento de Outeiro de Gregos 1 na província do Douro Litoral (Jorge, 1980); sepulcros com espólios metálicos ricos no contexto de Montelavar-Ferradeira; rochas gravadas com armas, no Noroeste peninsular, como no Monte da Laje (Silva e Cunha, 1986) no contexto da chamada arte «galaico-portuguesa» (Peña Santos e Rey García, 1993); depósitos de artefactos metálicos como o de Carrapatas em Trás-os-Montes Ocidental, ou o famoso e controverso tesouro de Caldas de Reyes na Galiza (Hernando Gonzalo, 1989).

Este panorama extremamente condensado apenas pretende chamar a atenção para o seguinte: se atendessemos apenas à presença/ausência de determinados indicadores convencionais de complexidade, não poderíamos estabelecer – como alguns autores pretendem – uma tão nítida demarcação entre o Sudeste e as restantes áreas peninsulares.

E, no entanto, julgo que existem indícios de marcadas diferenças entre as várias regiões da Península Ibérica. Não tanto pelo maior ou menor poder das elites no controle das fontes de produção e de circulação de artefactos de prestígio, mas pela maior ou menor porosidade das respectivas «fronteiras» internas e externas. Tais diferenças terão dependido da organização interna das sociedades e do desenvolvimento cíclico de «grelhas» apertadas ou lassas de troca, no interior das quais circularam objectos, indivíduos e ideias.

«However, great differentials, especially in terms of metal goods, need not represent greater social complexity, but rather (...) concentrations of power in societies with a high degree of social closure associated with strong «grid» in Douglas' terms. Similarly, lack of archaeologically visible status or wealth differentials need not imply

² Estão em curso diversos programas de prospecção em diferentes regiões peninsulares, nomeadamente no território português. A sua publicação revelará, certamente, que as ideias tradicionais sobre a invisibilidade dos povoados do 2º milénio a.C. deverão ser alteradas.

³ Existem datações pelo C 14 inéditas para a primeira ocupação deste povoado, que, desde o início, apresenta silos. Estes dados resultam de escavações ocorridas entre 1987 e 1990, cuja publicação se encontra em preparação.

poverty and may not suggest a lack of high hierarchy, although they do imply weak «grid». In fact, the significance of such differentials or the lack of them cannot simply be read off the differentials themselves but only in relation to the workings of particular kinds of society and economy, including the processes of social categorisation.» (Shennan, 1993: 65)

O que mais parece distinguir a sociedade argárica das suas contemporâneas peninsulares é a estrutura fechada e restritiva da respectiva rede de intercâmbios e, correlativamente, a específica visibilidade das suas categorizações sociais. Apesar da conhecida disseminação supra-regional dos artefactos de «tipo argárico», a verdade é que é possível identificar, no Sudeste, uma zona nuclear onde ocorre um conjunto fortemente padronizado de associações arqueológicas. Tal ocorrência parece apontar para grupos socialmente fechados, actuando em «grelhas» apertadas de troca e manipulando «economias de prestígio» altamente competitivas. Ao contrário, nas restantes regiões peninsulares, sobretudo na fachada atlântica ocidental, defrontamo-nos com comunidades que, independentemente do seu grau de hierarquização social, produzem, transformam e permutam metal, possivelmente no interior de «grelhas» de intercâmbio supra-regional muito mais lassas. Tais «grelhas» de troca, possibilitando a circulação de protótipos metálicos ao longo da fachada atlântica europeia, promovem a utilização diferenciada dos artefactos metálicos. Desta forma, ajudam esses objectos metálicos a desvincular-se do primitivo simbolismo comunitário e predisõem as economias tradicionais a entrar numa esfera «proto-mercantil» (Sherratt, 1994) que irá caracterizar o Bronze Final. Um grande número de sociedades da Península Ibérica, quaisquer que tenham sido as suas afinidades ou diferenças em termos de capacidade de liderança das respectivas elites, parecem apresentar-se socialmente muito mais permeáveis do que as do Sudeste. Mas esta diferença não me parece ser tanto do domínio da «complexidade social» como da organização social, cuja natureza merece ser investigada segundo toda uma outra perspectiva.

3. BRONZE FINAL, C. 1500/1300 – 800 A.C.

Os investigadores que estudam o Bronze Final da Península Ibérica têm sustentado recorrentemente quer a progressiva invisibilização dos contextos funerários, quer a relativa instabilidade da ocupação do território e, em consequência, a difícil detecção no registo arqueológico dos respectivos contextos domésticos. Por outro lado, quase todos os arqueólogos têm sublinhado a emergência dum novo tipo de cenários de carácter social/ritual – estelas/estátuas menires e depósitos de artefactos metálicos – como sinais reveladores de uma nova ordem social e política.

Passemos em revista, de forma breve, algumas das produções materiais referidas (túmulos, povoados, estelas/estátuas menires e depósitos) em ordem a debater o sentido da sua presença/ausência no quadro duma possível reformulação dos processos de territorialização peninsular.

Quem ler alguns dos trabalhos mais recentes sobre o Bronze Final peninsular ficará com a convicção de que não se conhecem os túmulos deste período: ou porque os classificados como tal não foram correctamente identificados do ponto de vista cronológico e/ou cultural; ou porque tais túmulos, muito incipientes, não foram captados no registo arqueológico; ou, finalmente, porque não foram sequer construídos (Ruiz-Gálvez, 1991, Belén *et alii*, 1991). A ideia subjacente a esta negação parece querer inserir a Península Ibérica numa «comunidade atlântica» com afinidades que ultrapassam os meros laços gerados pelas rotas de intercâmbios: unida pela invisibilização tumular, a fachada atlântica partilharia uma mesma esfera de interesses sociais e simbólicos. Não é este o lugar para discutir a hipótese duma eventual «identidade cultural atlântica» durante o Bronze Final. Parece-me de momento, mais premente colocar a seguinte questão: é possível identificar os túmulos do Bronze Final? Qual a sua natureza, enquanto locais de enterramento das elites?

Antes de tentar responder a qualquer das questões, parece-me básico sublinhar uma evidência: a detecção de quaisquer contextos poucos impressivos na paisagem requer, de forma acrescida, a execução de programas intensivos de prospecção e escavação. Na Península Ibérica, tais programas apenas foram desenvolvidos em áreas circunscritas, e a partir da década de 80. Mas na grande maioria das regiões, nomeadamente no território português, nunca chegaram a iniciar-se. Daqui resulta que, a a partir dos raros dados de campo disponíveis, nos encontramos numa situação extremamente constrangedora para podermos argumentar sobre a existência e/ou natureza dos sepulcros do Bronze Final.

Apesar desta limitação creio poder sugerir as seguintes ideias: tendo em conta a diversidade regional é possível distinguir duas grandes «fases tumulares» adentro deste período – antes e depois 1000 a.C.; depois de c. de 1000 a.C. a informação arqueológica disponível é quase nula; entre c. 1500-1300/1000 a.C. aparecem alguns sepulcros, isolados ou inseridos em necrópoles, os quais se caracterizam por ausência de monumentalidade ou complexidade arquitectónica, e também pela inexistência de espólios ricos e diversificados, como matérias-primas ou artefactos de prestígio.

Ainda assim, e a título meramente exemplificativo, gostaria de chamar a atenção para a ocorrência, nesta fase, de alguns túmulos, cuja existência não pode ser ignorada.

Apesar da revisão cronológica proposta para as necrópoles do Bronze do Sudoeste, que as inseriu maciçamente no Bronze Antigo e Médio (Barceló, 1991), existem alguns sepulcros tardios em cemitérios como Atalaia ou Provença, no Alentejo, que devem ser integrados numa fase inicial de Bronze Final (Jorge, 1990, García Sanjuán, 1994). Curiosamente, García Sanjuán detectou para a globalidade da necrópole de Atalaia uma hierarquia arquitectónica que não conseguiu correlacionar com as diferentes categorias de enterramento ou associações de espólio. Ainda que o autor tenha interpretado este facto como uma prova de ausência de hierarquização social, baseado na assunção da falta de assimetria na distribuição dos bens inumados, parece-me ser de destacar a presença, durante o uso do cemitério, de indivíduos enterrados em posições centrais e dominantes. Tal hierarquia de enterramentos, mesmo no final da utilização do cemitério, conduz à problemática da natureza da organização social dos grupos do Bronze Final do Sudoeste peninsular.

Um outro conjunto de sepulcros, que estabelece a transição entre o Bronze Médio e o Bronze Final, localiza-se no Norte de Portugal. Refiro-me à necrópole de fossas abertas no saibro do Tapado da Caldeira (Jorge, 1980) e ainda a cemitérios de cistas, como por ex., o de S. Paio de Antas (Soeiro, 1988).

Tanto a atribuição cronológica de ambos os contextos, como a interpretação funcional do Tapado da Caldeira têm sido repetidamente postos em causa por alguns colegas espanhóis (Ruiz-Gálvez, 1991, Ruiz-Gálvez e Galán Domingo, 1991, Belén *et alii*, 1991). No entanto, qualquer das necrópoles, particularmente a do Tapado da Caldeira, apresenta fortes indicadores contextualizados da sua função e cronologia. A necrópole do Tapado da Caldeira é constituída por quatro fossas de planta rectangular. O respectivo conteúdo encontrava-se intacto e era composto por sedimentos de terra compacta misturada com alguns carvões. Em cada fossa foi encontrado, numa das extremidades, um vaso inteiro. Uma das fossas foi datada, pelo C 14, em torno de meados do 2º milénio a.C. A presença dum vaso de «tipo Cogotas I» numa outra fossa da necrópole, ajudou a sustentar a verosimilhança daquela datação. Por outro lado, a interpretação sepulcral destas fossas obedeceu a critérios da arqueologia corrente: em primeiro lugar, trata-se de fossas não violadas; em segundo lugar, apresentam uma planta e uma dimensão consentânea com a de sepulturas similares em pedra; em terceiro lugar, o seu conteúdo (terra, alguns carvões, e um vaso inteiro em cada fossa), apesar de não revelar ossos, o que é frequente devido à acidez dos solos,

obedece aos padrões comuns numa associação funerária homogénea. Acrescente-se que uma das fossas tinha as dimensões adequadas à inumação de uma criança e inseria também um pequeno vaso. A atribuição exclusivamente ritual destas fossas, sem qualquer argumentação complementar, não pode deixar de me surpreender (Ruiz-Gálvez, 1991: 282). Para além da ausência de ossos humanos, o que ocorre com frequência na maioria dos sepulcros de todas as épocas, estas fossas apresentam todas as características de sepulturas de inumação individual. O que, evidentemente, não significa rejeitar a hipótese de que o espaço da necrópole tenha sido utilizado, desde o início, para a criação de cenários rituais de mais diversa natureza.

A necrópole de S. Paio de Antas, apesar de não ter sido escavada recentemente, segundo modernos métodos científicos, revelou esqueletos humanos associados a vasos cerâmicos, nomeadamente dum tipo específico NO peninsular, os vasos de «largo bordo horizontal». É através da presença destes vasos que podemos inferir a cronologia genérica destas cistas. De facto, o mesmo tipo de recipientes foi encontrado no povoado da Bouça do Frade, também no Norte de Portugal (Jorge, 1988), desde, pelo menos, a fase intermédia até ao final da sua ocupação (meados do 2º até inícios do 1º milénio a.C.). Neste sentido, as cistas em questão podem, pelo menos, inserir-se neste lapso de tempo, sem que, no entanto, saibamos definir a sua cronologia precisa⁴.

Nos dois casos, Tapado da Caldeira e S. Paio de Antas, estamos perante sepulcros planos, desprovidos de qualquer «tumulus», ou seja, de qualquer monumentalidade.

O bem conhecido túmulo de Roça do Casal do Meio, na Estremadura portuguesa, datado em torno dos secs. XII/XI a.C. (Spindler e Ferreira, 1973), de estrutura monumental, apresenta não só uma apreciável complexidade arquitectónica, como um aparato funerário de ressonâncias mediterrânicas. Trata-se dum caso excepcional, no quadro dos contextos sepulcrais desta época. Independentemente da discussão em torno das suas origens «proto-orientais» (Almagro-Gorbea, 1986, Belén *et alii*, 1991) ou autóctones (Galan Domingo, 1993), interessa realçar a raridade, neste período, de arquitecturas funerárias e espólios prestigiantes vinculados a protótipos existentes no Mediterrâneo Ocidental.

Não querendo ser exaustiva, citarei apenas mais alguns exemplos de sepulcros do Bronze Final: a sepultura em fossa com inumações individuais de S. Román de Hornija, na Meseta Norte (Delibes de Castro, 1978), diversos enterramentos em gruta na Estremadura portuguesa (Jorge, 1990, Belén *et alii*, 1991) ou ainda inúmeras reutilizações de monumentos megalíticos em diferentes áreas do território português (Jorge, 1990).

Esta breve abordagem pretende demonstrar o seguinte: apesar da debilidade da informação arqueológica, é possível documentar contextos funerários no Bronze Final; se a falta de monumentalidade da grande maioria destes contextos determina uma deficiente identificação arqueológica, não é difícil deduzir que os já conhecidos correspondem à ponta dum «iceberg»⁵; os sepulcros detectados, apesar da falta generalizada de monumentalidade e riqueza de espólio, apresentam características heterogéneas em termos regionais: as mais importantes dizem respeito às estruturas arquitectónicas, à implantação topográfica, e à distribuição (isolada ou em conjunto) no interior das necrópoles.

⁴ Refira-se que os vasos de bordo horizontal, estreito, ocorrem, na Bouça do Frade, desde o início da sua ocupação, por volta dos inícios do 2º milénio a.C. Aparentemente, neste povoado, terá havido uma evolução tipológica entre o bordo horizontal estreito e o «largo bordo horizontal».

⁵ Excavações em povoados do Norte de Portugal, ainda a decorrer, revelaram a presença de túmulos no interior ou nas proximidades do espaço doméstico. Agradeço estas informações a colegas que se encontram actualmente a estudar variados contextos do Bronze Final.

Assim, a chamada «ocultação tumular» do Bronze Final mais não é do que uma deficiente capacidade da arqueologia para captar a diversidade de contextos funerários pouco impressivos na paisagem. Estes não só não deixaram vestígios facilmente reconhecíveis, como tais vestígios, quando ocorrem, não parecem obedecer a um só padrão de inserção espacial, de modelo arquitectónico, de proximidade relativamente a povoados contemporâneos, etc. Neste caso, a chamada «ocultação» corresponde tão só a invisibilidade arqueológica. E esta invisibilidade, como já acontecia com a «visibilidade» dos povoados murados calcolíticos, veicula, num primeiro momento, uma virtual opacidade interpretativa.

Falar dos povoados do Bronze Final na Península Ibérica implica abordar a questão global da «estabilidade» e/ou «permanência» da ocupação do território. Diversos arqueólogos têm sustentado que, na maioria das regiões peninsulares, terá persistido, nesta época, um «modo de vida itinerante», expresso numa grande mobilidade e acentuada precaridade dos contextos domésticos. Apenas em algumas áreas, sobretudo a partir de 1100-1000 a.C., ter-se-ia retomado uma estabilização do povoamento, evidenciada pelo reaparecimento de povoados fortificados (Ruiz-Gálvez, 1991, 1992 a, Fabião, 1992, Galán Domingo, 1993).

Como é sabido, a diversidade regional dos contextos domésticos e das respectivas redes de povoamento é enorme, se considerarmos a totalidade da Península. Por outro lado, os povoados defendidos naturalmente, e, sobretudo, os possuidores de estruturas defensivas, são tardios e minoritários. Durante o Bronze Final, predominam povoados abertos, contendo estruturas habitacionais relativamente precárias que recorrem à madeira e ao barro como materiais de construção (Jorge, 1990). É o caso, por ex., do povoado com estruturas de armazenamento em fossa da Bouça do Frade, no Norte de Portugal (Jorge, 1988). Trata-se dum povoado aberto, de longa duração (desde, pelo menos, os inícios do 2º milénio a.C. até ao séc. IX a.C.) que terá sido ocupado por grupos dependentes dum sistema agro-pastoril intensivo, de que as estruturas em fossa (algumas de grande dimensão) são uma prova inequívoca. Surgerir-se que o povoado da Bouça do Frade se teria integrado num sistema de povoamento itinerante, devido à existência de estruturas habitacionais precárias, só pode resultar de incompreensão e confusão. A incompreensão remete-nos para uma ideia já referida: a correlação simplística de invisibilidade arqueológica (neste caso, das produções domésticas) com fluidez, mobilidade e instabilidade social. A confusão consiste em fazer equivaler a ocupação permanente dum sítio com a exploração permanente e organizada dum território. A ocupação contínua⁶ da Bouça do Frade, durante cerca de 1000 anos, tem a ver com a estratégia espacio-temporal de ocupação do território envolvente. Contudo, não se pode deduzir o tipo de regime de exploração deste território a partir da assunção da continuidade/descontinuidade de ocupação dum sítio; na verdade, a continuidade e a descontinuidade de ocupação dum sítio tanto se pode dar no interior dum regime sedentário como dum itinerante. A ocupação «permanente» dum território não se pode aferir apenas pela durabilidade de algumas estruturas habitacionais ou pelas suas contínuas utilizações. Tem de ser verificado pela correlação de muitas variáveis, entre as quais sobressai a intensificação e a especialização económicas.

Nesta ordem de ideias, cabe-me perguntar: povoados como a Bouça do Frade (povoado aberto, com estruturas de armazenamento), ou Alegrios (Vilaça, 1991) e Nª Sª da Guia, Baiões (Kalb, 1979) (povoados de altura, com vestígios de produção metalúrgica) devem ser interpretados como fazendo parte de redes itinerantes de ocupação do território, apenas devido à aparente debilidade das suas estruturas internas?

⁶ Por «ocupação contínua» quero dizer ocupação continuada, segundo o mesmo figurino arquitectónico e cultural. Como é óbvio, os dados arqueológicos não nos permitem verificar eventuais interrupções breves de ocupação, que, a terem existido, não influenciaram, de forma perceptível, a crono-estratigrafia do sítio.

Parece-me uma evidência que estão por investigar os sistemas de ocupação e percepção do território das comunidades do Bronze Final. Na verdade, a generalizada precariedade das arquitecturas domésticas coexiste muitas vezes com vestígios de actividades produtivas especializadas associadas a tais estruturas. Tal facto não condiz com a pretendida fluidez e instabilidade do povoamento durante o Bronze Final (V. Shennan, 1993).

Finalmente, há que tentar inserir os «povoados fortificados» do Bronze Final num fenómeno totalmente novo de territorialização peninsular. Tal fenómeno abarca interações trans-culturais movidas por contraditórios mecanismos de inter-dependência social. Ao contrário dos povoados murados calcolíticos, as fortificações do Bronze Final não são apenas dispositivos comunicacionais ao serviço de movimentos relativamente isolados de «colonização» e identificação comunitária. Para compreender as múltiplas funções exercidas por estes locais será preciso abordar, de forma breve, os novos cenários e as diferentes escalas de poder.

É já um lugar comum aceitar que os depósitos e as estelas/estátuas-menires do Bronze Final materializam, de formas diversas, a ascensão duma liderança hereditária em comunidades disseminadas por vastos territórios peninsulares.

Relativamente às estelas do Sudoeste é de registar a publicação dum recente e estimulante estudo de Galán Domingo (1993). Tal estudo, na esteira dum trabalho anterior, realizado de colaboração com Ruiz-Gálvez (Ruiz-Gálvez e Galán Domingo, 1991), apresenta uma abordagem simbólico-espacial destes monumentos. As estelas são encaradas como referências visuais na paisagem, assinalando vias de comunicação que conectariam o interior do Sudoeste peninsular com as suas periferias meridionais. As estelas seriam, portanto, «marcadores territoriais» que apareceriam no momento em que grupos vizinhos, mais sedentários, constituíam uma ameaça para as populações tradicionais do Sudoeste. Estas teriam erigido aqueles monumentos, nomeadamente em zonas periféricas dos seus territórios políticos (ou seja, em zonas de potencial conflitualidade), para reforçar a sua coesão social e veicular uma mensagem de «pertença» a um determinado grupo e/ou espaço.

A ideia mais sugestiva e original deste trabalho, na minha perspectiva, desdobra-se em dois aspectos: em primeiro lugar, é sugerido que, pelas rotas marcadas pelas estelas, circulariam fundamentalmente produtos de subsistência e não artefactos metálicos (por exemplo, os gravados nas estelas); em segundo lugar, sustenta-se que as estelas veiculariam sobretudo uma mensagem de prestígio social que não se relacionaria directamente com os produtos intercambiados nos territórios por elas marcados. Assim, estes monumentos manifestariam um estatuto sem referência à parafernália social dos grupos que os teriam concebido. Os objectos gravados nas estelas não seriam directamente manipulados pelos autores das mesmas, embora aqueles pudessem conhecer os seus protótipos, mercê de contactos com outros grupos que produziam e/ou intercambiavam tais objectos. Desta forma, as estelas conteriam figuras sem qualquer relação referencial a objectos reais, existentes na sua esfera de acção. Por isso, tais figuras são consideradas metafóricas e não literais: o respectivo sentido estabelece-se como numa linguagem; a sua forma apenas se reporta a um objecto original de maneira distante e mediada. Tal forma é transfigurada numa marca estável, com um sentido específico, só passível de ser reconhecido por grupos pertencentes ao mesmo sistema de identificação.

A interpretação das estelas segundo este ponto de vista articula-se com outra ideia de fundo: a de que a Península Ibérica terá funcionado, nesta época, como uma margem ocidental dum centro situado no Mediterrâneo Oriental, no quadro dum sistema de interações de «centro-periferia-margem» defendido por Sherratt (Sherratt, 1993, Galán Domingo, 1993). Segundo esta nova concepção, a margem, embora não dependesse directamente do centro, nem competisse directamente com ele, absorveria selectivamente os elementos procedentes quer do centro, quer da periferia. Tal

integração selectiva, dos elementos culturalmente estranhos à margem, realizada em função dos interesses dos grupos indígenas, desencadearia uma alteração estrutural no significado dos produtos e protótipos difundidos. Desta forma, elementos formalmente conectados com o mundo mediterrânico, como, por ex., os ícones gravados nas estelas do Sudoeste, ou as oferendas funerárias de túmulos como Roça do Casal do Meio, ou ainda alguns artefactos metálicos que ocorrem em depósitos como Baiões, Villena ou Peña Negra, deveriam ser entendidos como produções nativas, de filiação cultural atlântica. Tais produções emergem no âmbito de sistemas supra-regionais de intercâmbio que articulariam, em rede, o Mediterrâneo, a fachada atlântica e a Europa Central.

Neste ponto do debate caberia a discussão sobre os sentidos locais atribuídos a diferentes tipos de depósitos (Ruiz-Gálvez, 1993). Para esta autora, tais depósitos podem distinguir-se consoante o maior ou menor valor comercial e/ou social. Neste sentido, o depósito de Baiões, na Beira Alta, é encarado como um depósito de mercadorias, difundido por comerciantes – «vulgares traficantes» – em oposição a Peña Negra ou mesmo a Villena, no Sudeste, que forneceram conjuntos de objectos de prestígio ostentados por «elegantes aristocratas» (Ruiz-Gálvez, 1993: 58-63).

Esta oposição – entre diferentes tipos de depósitos – merecia uma análise atenta que não cabe neste texto. Gostaria apenas de chamar a atenção para uma evidência, recorrentemente afirmada por muitos autores, incluindo a própria Ruiz-Gálvez (Ruiz-Gálvez, 1992 b, Barceló, 1992, Shennan, 1993): é pouco operativa a tradicional dicotomia entre «oferenda» e «mercadoria». Em todas as transacções os objectos podem assumir, sucessiva ou cumulativamente, tais funções, dependendo da escala de competição ou da natureza dos intercâmbios. Se se partir do princípio que os depósitos («utilitários» ou «votivos») são produções indígenas, e que, tal como as estelas, pressupõem uma transfiguração do sentido originalmente atribuído aos protótipos, dificilmente poderemos interpretá-los sem proceder previamente a uma análise contextual das sociedades que os produziram e utilizaram. Não me parece que tal investigação tenha alguma vez sido realizada no quadro peninsular.

Em conclusão, os elementos de maior visibilidade arquitectónica do Bronze Final peninsular – estelas/estátuas-menires e depósitos – escondem uma óbvia opacidade, apesar da semelhança formal com artefactos procedentes de contextos ideológicos exteriores à Península. Tal opacidade deve-se ao facto desses elementos fazerem parte de sistemas sociais e cognitivos ainda praticamente desconhecidos.

CONCLUSÃO

Entre o Calcolítico e o Bronze Final observa-se na Península Ibérica um movimento oscilante no que respeita à visibilidade arqueológica. Durante o Calcolítico existem testemunhos de sítios monumentalizados e traços duma «cultura material» diversificada. Ao contrário, durante o Bronze Antigo e Médio, verifica-se uma global retracção da informação arqueológica e as comunidades são reconhecidas através de alguns contextos funerários e rituais pouco impressionantes na paisagem. Finalmente, durante o Bronze Final, emerge um «registo arqueológico» rico e heterogéneo, que, pareceria, *a priori*, facilitar a caracterização social deste período.

Contudo, como também já procurei demonstrar, as diversas «visibilidades» arqueológicas, por razões diferentes mas sempre poderosas, enviam-nos sistematicamente para uma incontornável zona de penumbra interpretativa.

Os sítios fortificados do Calcolítico não espelham processos culturalmente padronizados e remetem-nos para um genérico e opaco fenómeno de «territorialização». A assimétrica «visibilidade» das comunidades do Bronze Antigo e Médio pode dever-se à sua integração em grelhas de troca de maior ou menor porosidade, o que também nos conduz a um fenómeno global de «categorização social». Finalmente, os grupos do Bronze Final, conectados por poderosas interacções trans-culturais, são virtualmente

encapsulados por mecanismos de uniformização material. Estes mecanismos dissimulam, no «registo arqueológico», a singularidade das suas identidades.

Se aceitarmos que, do Calcolítico ao Bronze Final, ocorreu um crescente processo de integração política que desfez os regimes auto-suficientes do Calcolítico e promoveu «solidariedades» supra-regionais, teremos também de admitir que este processo desenvolveu ambiguidades e contradições que acabaram por dismantelar as sociedades dos inícios do primeiro milénio a.C. Algumas dessas ambiguidades e contradições foram a coexistência/alternância de várias escalas de troca, o uso simultâneo de formas tradicionais de acumulação/ostentação de riqueza e de novas «transacções» de tipo proto-mercantil, e ainda a experiência, provavelmente desestabilizante, da partilha de vários níveis de «sentido» por coisas, indivíduos e identidades.

Porto, Verão de 1994.

Porto, Primavera de 1997.

BIBLIOGRAFIA

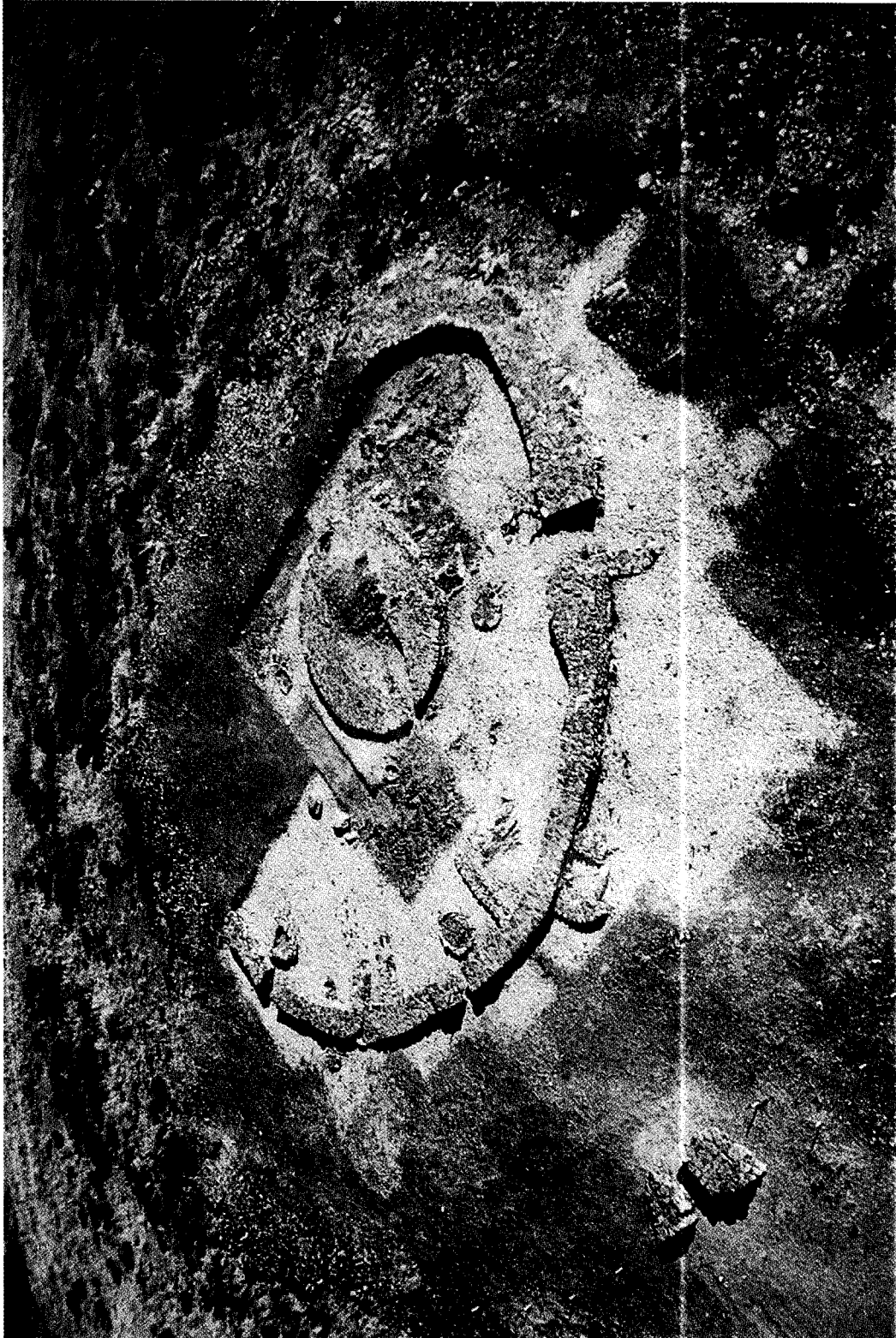
- ALMAGRO-BASH, M. (1966), *Las estelas decoradas del suroeste peninsular*, Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, VIII.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1986), Bronce Final y Edad del hierro, *História de España*, vol. I, *Prehistoria*, Madrid, Ed. Gredos, pp. 341-471.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1993), Les stèles anthropomorphes de la Péninsule Ibérique, *Les Représentations Humaines du Néolithique à l'Âge du Fer* (115^o Cong. Nat. Soc. Savantes, Avignon, 1990), pp. 123-139.
- ARMBRUSTER, B. R. (1993), Intruments rotatifs dans l'orfèvrerie de l'Âge du Bronze de la Péninsule Ibérique. Nouvelles connaissances sur la technique des bracelets du type Villena/Estremoz, *1^o Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 265-283.
- BARCELÓ, J. A. (1991), El Bronce del Sudoeste y la cronología de las estelas alentejanas, *Arqueologia*, 21, Porto, G.E.A.P., pp. 15-24.
- BARCELÓ, J. A. (1992), Una interpretacion socioeconomica del Bronce Final en el Sudoeste de la Peninsula Iberica, *Trabajos de Prehistoria*, 49, Madrid, CSIC-CEH, pp. 259-275.
- BARRETT, J. C. (1994), *Fragments from Antiquity. An Archaeology of Social Life in Britain, 2900-1200 BC*, Oxford, Blackwell.
- BELÉN, M. *et alii* (1991), El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlantica de la peninsula iberica. I. Analisis de la documentacion, *Trabajos de Prehistoria*, 48, Madrid, CSIC-CEH, pp. 225-256.
- BLASCO BOSQUED, M. C. (1994), Origen y desarrollo del horizonte Cogotas I en el Alto Tajo, *1^o Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. IV, Porto, S.P.A.E., pp. 151-165.
- BLASCO, M. C. *et alii*. (1991), Enterramientos del horizonte Proto Cogotas en el valle del Manzanares *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia*, Madrid, UAM, 18, pp. 55-112.
- BRADLEY, R. (1985a), *Consumption, Change and the Archaeological Record. The Archaeology of Monuments and the Archaeology of Deliberate Deposits*, Edinburgh, Univ. Edinburgh – Dep. Archaeol.
- BRADLEY, R. (1985b), Exchange and social distance. The structure of bronze artifact distributions, *Man*, nºs, 20, 4, pp. 692-704.
- BRADLEY, R. (1988), Hoarding, recycling and the consumption of prehistoric metalwork: technological change in Western Europe, *World Archaeology*, 20, 2, pp. 249-260.
- BRADLEY, R. (1990), *The Passage of Arms. An archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*, Cambridge University Press.
- BRADLEY, R. (1993), *Altering the Earth. The Origins of Monuments in Britain and Continental Europe*, Edinburgh, Society of Antiquaries of Scotland.
- BRUN, P. (1990), Le Bronze Atlantique et ses subdivisions culturelles: essai de définition, *L'Âge du Bronze Atlantique* (dir. C. Chevillot & A. Coffyn), Beynac, A.M.U.S.A., pp. 11-24.

- CHAPMAN, R. (1991), *La Formación de las Sociedades Complejas. El sureste de la Península Ibérica en el marco del Mediterráneo occidental*, Barcelona, Ed. Crítica.
- COFFYN, A. (1985), *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard.
- COMENDADOR REY, B. (1991-92), Los inicios de la metalurgia: primeros testimonios de la provincia de Pontevedra, *Brigantium*. Bol. Museo Arq. Hist. Coruña, vol. VII, pp. 185-204.
- CONTRERAS CORTÉS, F. (1995), Peñalosa. Un proyecto de investigación de la Edad del Bronce en el Alto Guadalquivir, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. V, Porto, S.P.A.E., pp. 143-157.
- CRUZ, D. J. DA (1992), *A Mamoa I de Chã de Carvalhal no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1978), Una inhumación triple de la facies Cogotas I en San Román de Hornija (Valladolid), *Trabajos de Prehistoria*, 35, pp. 225-250.
- DELIBES DE CASTRO, G. & VAL RECIO, J. DEL (1990), Prehistoria reciente zamorana: del Megalitismo al Bronce, *Primer Congreso de Historia de Zamora. T. II. Prehistoria e Historia Antigua*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos «Florian de Ocampo», pp. 53-99.
- DÍAZ-ANDREU M. (1991), *La Edad del Bronce en el Noreste de la Submeseta Sur. Un Análisis sobre el Inicio de la Complejidad Social*, Madrid, Univ. Complutense.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1993), Las sociedades complejas del Calcolítico y Edad del Bronce en la Península Ibérica, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 245-263.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1995), Social change in Later Prehistory in the the Southern Plateau of the Iberian Peninsula, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia* (ed. K. Lillios), Ann Arbor, International Monographs in Prehistory.
- FÁBIAN GARCÍA, J. F. (1993), La secuencia cultural durante la Prehistoria Reciente en el Sur de la Meseta Norte española, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 145-178.
- FABIÃO, C. (1992), O Bronze Final, *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), 1º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 79-119.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (1986), La Cultura de Cogotas I, *Homenaje a Luis Siret (1934-84)*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, pp. 476-487.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. & MARTIN, C. (1991), El Calcolítico y la Edad del Bronce en la Meseta, *Boletín de la Asoc. Española Amigos Arqueología*, nº 30-31, Madrid, A.E.A.A., pp. 75-86.
- FIGUEIRAL, I. (1993), Charcoal analysis and the vegetational evolution of North-West Portugal, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 12, nº 2, Oxford, Basil Blackwell, pp. 209-222.
- GALÁN DOMINGO, E. (1993), *Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*, Madrid, Ed. Complutense.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (1994), Registro funerario y relaciones sociales en el SO (1500-1100 A.N.E.): indicadores estadísticos preliminares, *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, G.I.A.P.S., pp. 209-238.
- GILMAN, A. (1987a), Regadio y conflicto en sociedades acefalas, *Bol. del Semin. Estud. Arte y Arqueol.*, t. LIII, Valladolid, Univ. Valladolid, pp. 59-72.
- GILMAN, A. (1987b), Unequal development in Copper Age Iberia, *Specialization, Exchange, and Complex Societies* (ed. E. Brumfiel & Timothy Earle), Cambridge University Press, pp. 22-29.
- GILMAN, A. (1991), Trajectories towards social complexity in the later prehistory of the Mediterranean, *Chiefdoms, Power, Economy and Ideology* (ed. T. Earle), Cambridge University Press, pp. 146-148.
- GILMAN, A. & THORNES, J. B. (1985), *Land-use and Prehistory in South-East Spain*, London, George Allen & Unwin.
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P. (1976-77), As estelas decoradas da Herdade do Pomar (Evidel-Beja) – estudo comparado, *Setúbal Arqueológica*, vol. II-III, pp. 281-343.

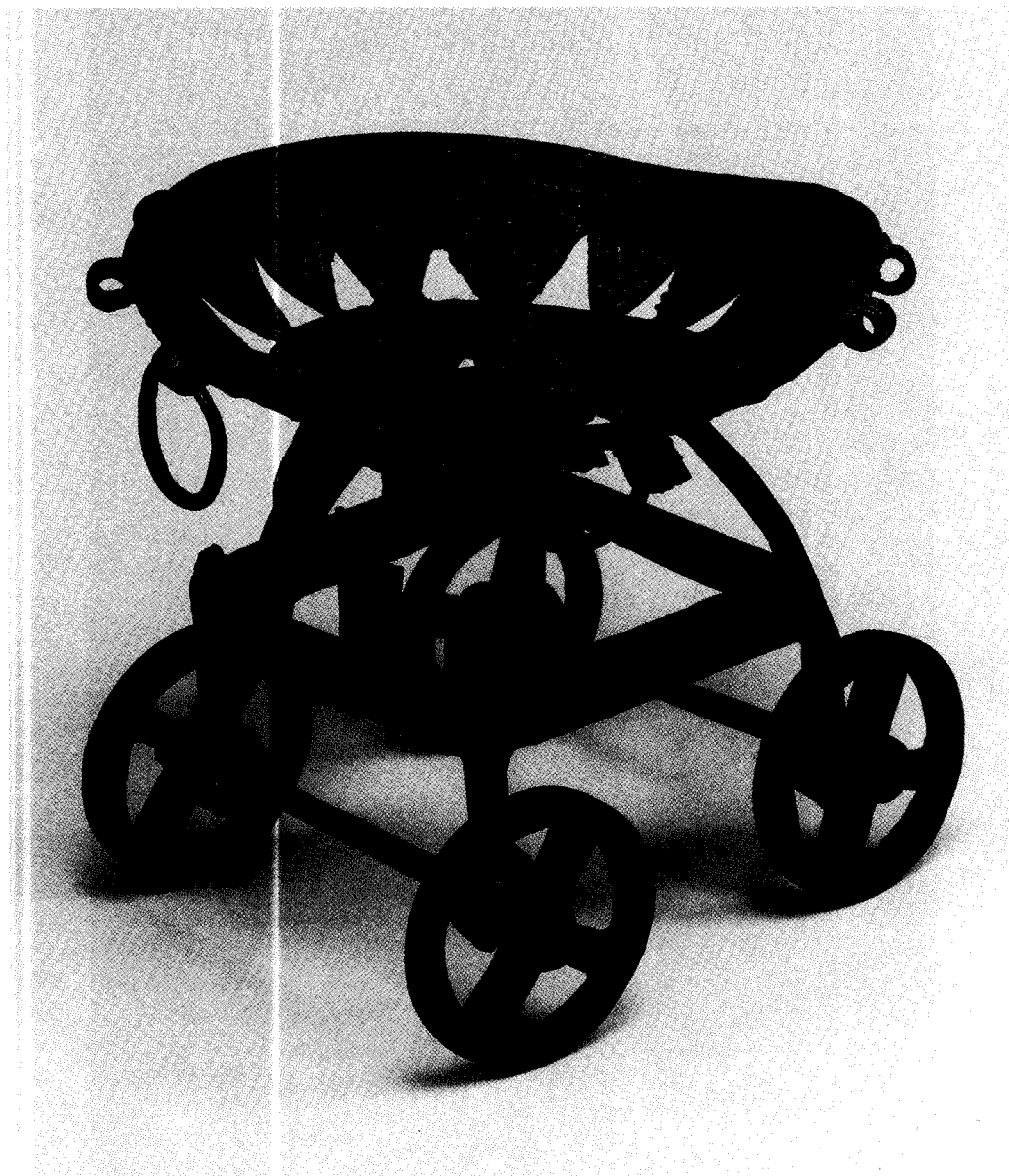
- HARRISON, R. J. (1993), La intensificación económica y la integración del modo de vida pastoril durante la Edad del Bronce, *1º Congreso de Arqueología Peninsular – Actas*, vol. II, Porto, S.P.A.E., pp. 293-299.
- HARRISON, R. J. & MORENO LÓPEZ, G. (1985), El policultivo ganadero o la revolución de los productos secundarios, *Trabajos de Prehistória*, Madrid, CSIC-CEH, 42, pp. 51-82.
- HERNANDO GONZALO, A. (1987-88), Interpretaciones culturales del Calcolítico del Sureste español. Estudio de sus bases teóricas, *Cuad. Prehist. Univ. Granada*, nº 12-13, pp. 35-80.
- HERNANDO GONZALO, A. (1989), Inicios de la orfebrería en la Península Iberica, *El Oro en la España Prerromana*, Madrid, Zugarto Ed., pp. 32-45.
- HURTADO PÉREZ, V. & GARCÍA SANJUÁN, L. (1994), Áreas funcionales en el poblado de la Edad del Bronce de el Trastejón (Zufre, Huelva), *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, G.I.A.P.S., pp. 239-271.
- JORGE, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- JORGE, S. O. (1988), *O Povoado da Bouça do Frade no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, G.E.A.P.
- JORGE, S. O. (1990), caps. III, IV e V, *Nova História de Portugal* (coord. Jorge de Alarcão), Vol. I – Portugal. *Das Origens à Romanização*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 75-251.
- JORGE, S. O. (1991), Idade do Bronze: apontamento sobre a natureza dos dados arqueológicos, *Arqueologia*, 21, Porto, G.E.A.P., pp. 12-15.
- JORGE, S. O. (1992), An approach to the social dynamics of northern Portugal's Late Prehistory, *Institute of Archaeology Bulletin*, 29, London, Inst. of Archaeology, pp. 97-120.
- JORGE, S. O. (1993), O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 179-216.
- JORGE, S. O. (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Rev. Fac. Letras*, IIª série, vol. XI, pp. 447-546.
- JORGE, S. O. & SANTOS, P.M. (em preparação), O povoado de S. Lourenço (Chaves): 2ª campanha de escavações.
- JORGE, V. O. (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Rev. da Fac. de Letras do Porto*, IIª sér., História, vol. VI, pp. 365-443.
- JORGE, V. O. (1990), *Arqueologia em Construção*, Lisboa, ed. Presença.
- KALB, PH. (1980), O «Bronze Atlântico» em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Guimarães, Soc. M. Sarmiento, pp. 113-120.
- KOHL, P. (1987), The ancient economy, transferable technologies and the Bronze Age world-system: a view from the northeastern frontier of the Ancient Near East, *Centre and Periphery in the Ancient World* (ed. Rowlands et al.), Cambridge University Press, pp. 13-24.
- LILLIOS, K. T. (1993), Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese Lowlands, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. II Porto, S.P.A.E., pp. 261-291.
- LULL, V. (1983), *La «Cultura» de El Argar (un modelo para el estudio de las formaciones economico-sociales prehistóricas)*, Madrid, Ed. Akal.
- LULL, V. et alii (1992), *Arqueología de Europa, 2250-1200 A.C. Una Introducción a la «Edad del Bronce»*, Madrid, Ed. Síntesis.
- MARTÍN, C., et alii (1993), The Bronze Age of La Mancha, *Antiquity*, vol. 67, n. 254, pp. 23-45.
- MARTIN DE LA CRUZ, J. C.(1991), El Calcolítico y la Edad del Bronce en Andalucía, *Boletín de la Asoc. Española Amigos Arqueología*, nº 30-31, Madrid, A.E.A.A., pp. 55-74.
- MARTINS, M. (1990), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, Universidade do Minho.
- MARTÍNEZ NAVARRETE, M. I. (1989), *Una Revisión Crítica de la Prehistoria Española: La Edad del Bronce como Paradigma*, Madrid, Siglo Veintiuno Ed.

- MAYA, J. L. (1991), El Nordeste peninsular entre la Edad del Bronce y el mundo protoibérico, *Boletín de la Asoc. Española Amigos Arqueología*, nº 30-31, Madrid, A.E.A.A, pp. 87-97.
- MONTERO RUIZ, I. (1992), La actividad metalúrgica en la Edad del Bronce del Sudeste de la Península Ibérica: tecnología e interpretación cultural, *Trabajos de Prehistoria*, 49, Madrid CSICCEH, pp. 189-215.
- MORALES MUÑOZ, A. (1992), Estudio de la fauna del yacimiento calcolítico de «Las Pozas» (Casaseca de las Chanas, Zamora). Campaña 1979, *Bol. del Semin. Estud. Arte y Arqueol.*, t. LVIII, Valladolid, Univ. Valladolid, pp. 65-96.
- NOCETE CALVO, F. (1990), Territorio de coerción: el paradigma de las jefaturas, *Espacio y Organización Social*, Madrid, Univ. Complutense, pp. 57-90.
- PENA SANTOS, A. DE LA & REY GARCÍA, J. M. (1993), El espacio de la representación. El arte rupestre galaico desde una perspectiva territorial, *Revista de Estudios Provinciais*, nº 10, Pontevedra, pp. 11-50.
- ROWLANDS, M. (1987), Center and periphery: a review of a concept, *Centre and Periphery in the Ancient World* (ed. M. Rowlands et al.), Cambridge University Press, pp. 1-11.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1989), La orfebrería del Bronce Final. El poder y su ostentación, *El Oro en la España Prerromana*, Madrid, Zugarto Ed., pp. 46-57.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1991), Songs of a wayfaring lad. Late Bronze Age Atlantic exchange and the building of the regional identity in the west Iberian Peninsula, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 10, nº 3, Oxford, Basil Blackwell, pp. 277-306.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1992a), La novia vendida: orfebrería, herencia y agricultura en la Protohistoria de la Península Ibérica, *SPAL – Revista de Prehistoria y Arqueología*, 1, Sevilla, Univ. Sevilla, pp. 219-251.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1992b), Orientaciones teóricas sobre intercambio y comercio en Prehistoria, *GALA. Revista d' Arqueologia i Antropologia*, 1, Sant Feliu de Codines, Museu Arqueològic Municipal, pp. 87-101.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1993), El Occidente de la Península Ibérica, punto de encuentro entre el Mediterráneo y el Atlántico a fines de la Edad del Bronce, *Complutum*, 4, Madrid, Ed. Complutense, pp. 41-68.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. & GALÁN DOMINGO, E. (1991), Las estelas del suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales, *Trabajos de Prehistoria*, 48, Madrid, CSIC-CEH, pp. 257-273.
- SANCHES, M. J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto G.E. A.P.
- SANCHES, M. J. *et alii* (1993), Buraco da Pala (Mirandela): datas de carbono 14 calibradas e seu poder de resolução. Algumas reflexões, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, vol. I, Porto, S.P.A.E., pp. 223-243.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981), *Zambujal – Die Grabungen 1964 bis 1973*, Mainz, Verlag Philipp von Zabern.
- SCHUBART, H. (1975), *Die Kultur der Bronzezeit in Sudwestern der Iberischen Halbinsel*, Berlín, Walter de Gruyter e Co.
- SCHUBART, H. (n.d.), Consideraciones sobre el Bronce del Sureste peninsular, *História de Cartagena*, Ed. Mediterráneo, pp. 221-250.
- SHENNAN, S. J. (1986), Interaction and change in third millennium B C Western and Central Europe, *Peer Polity Interaction and Social Political Change*, Cambridge University Press, pp. 137-148.
- SHENNAN, S. J. (1987), Trends in the study of Later European Prehistory, *Ann. Rev. Anthropol.*, 16, London, Annual Reviews Inc., pp. 365-382.
- SHENNAN, S. J.(ed.) (1989), *Archaeological Approaches to Cultural Identity*, London, Unwin Hyman.
- SHENNAN, S. J. (1993), Commodities, transactions and growth in the Central-European Early Bronze Age, *Journal of European Archaeology*, Aldershot, Avebury, vol. 1.2, pp. 59-72.
- SHERRATT, A. (1981), Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution, *Pattern of the Past*, Cambridge University Press, pp. 261-306.

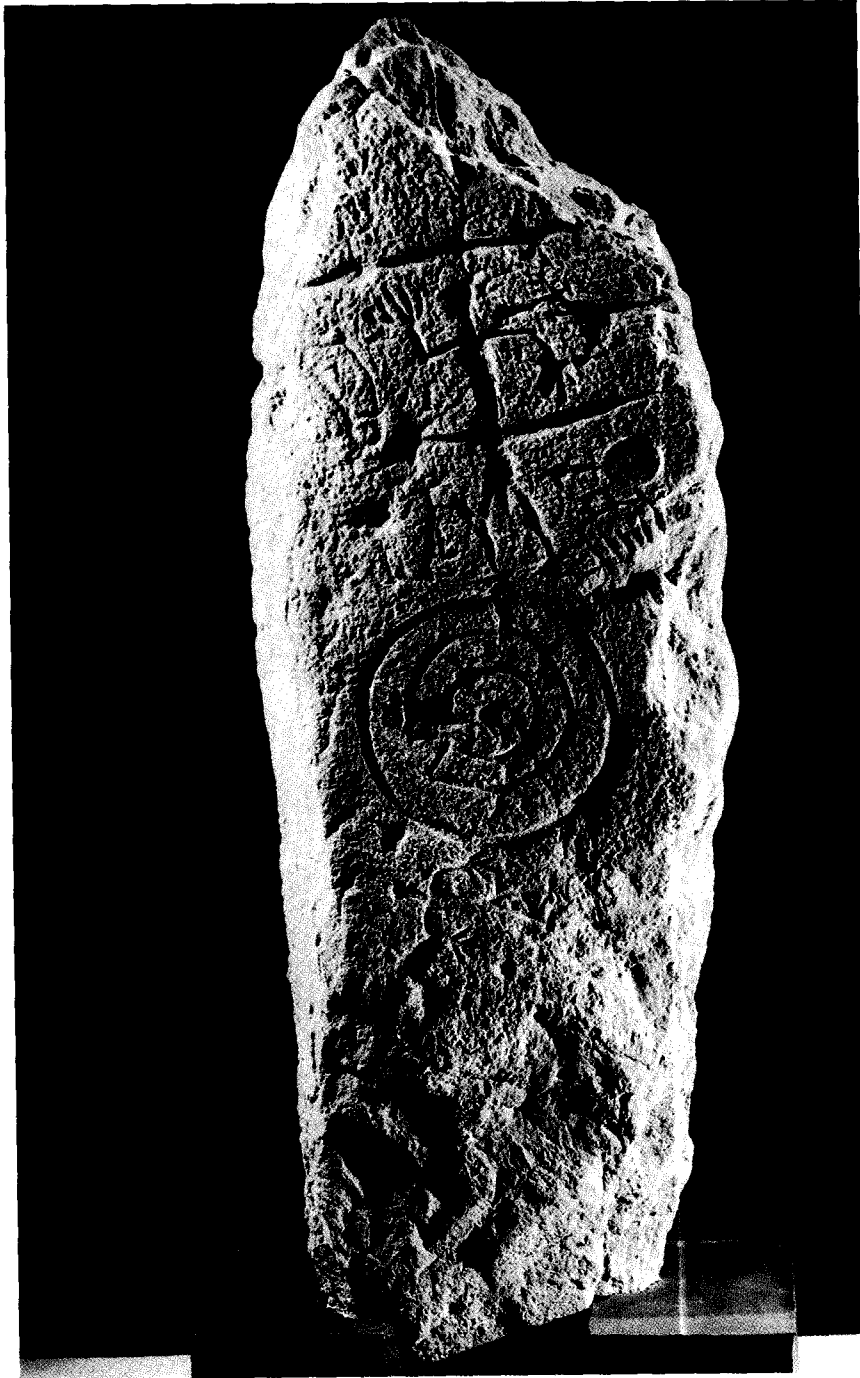
- SHERRATT, A (1983), The secondary exploitation of animals in the Old World, *World Archaeology*, 15, pp. 90-104.
- SHERRATT, A. (1993), What would a Bronze Age world system look like? Relations between temperate Europe and the Mediterranean in Later Prehistory, *Journal of European Archaeology*, Aldershot, Avebury, vol. 1.2, pp. 1-57.
- SHERRATT, A. & SHERRATT, S. (1991), From luxuries to commodities: the nature of Mediterranean Bronze Age trading systems, *Bronze Age Trade in the Mediterranean* (ed. N. H. Gale), Jonsered, Paul Aströms Förlag, pp. 351-386.
- SHERRATT, S. & SHERRATT, A. (1993), The growth of the Mediterranean economy in the early first millenium BC, *World Archaeology*, vol. 24, nº 3, London, Routledge, pp. 361-378.
- SILVA, E. J. L. & CUNHA, A. M. L. (1986), As gravuras rupestres de Monte da Laje (Valença), *Arqueologia*, 13, pp. 143-158.
- SOARES, A. M. & CABRAL, J. M. P. (1993), Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, Vol. II Porto, S.P.A.E., pp. 217-235.
- SOEIRO, T. (1988), A propósito de quatro necrópoles proto-históricas do concelho de Esposende, *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura* (1985), vol. II – Arqueologia, Esposende, pp. 35-62.
- SPINDLER, K. & FERREIRA, O. V. (1973), Der spätbronzezeitliche kupperbau von der Roça do Casal do Meio in Portugal, *Madriider Mitteilungen*, 14, pp. 60-108.
- STEVENSON, A. C. & HARRISON, R. J. (1992), Ancient forests in Spain: a model for land-use and dry forest management in South-west Spain from 4000 BC to 1900 AD, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 58, London, pp. 227-247.
- VAL RECIO, J. DEL. (1992), El yacimiento calcolítico precampaniforme de Las Pozas, en Casaseca de Las Chanas, Zamora, *Bol. del Semin. Estud. Arte y Arqueol.*, t. LVIII, Valladolid, Univ. Valladolid, pp. 47-63.
- VERNET, J.-L. & FIGUEIRAL, I. (1993), The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): ecological conditions from Middle/Late Neolithic to Early Bronze Age. Evidence from charcoal analysis, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 12, nº 1, Oxford, Basil Blackwell, pp. 19-28.
- VICENT, J. M. (1990), El neolític: transformacions socials i econòmiques, *El Canvi Cultural* (eds. J. Anfruns & E. Llobet), Barcelona, Columna Ed., pp. 241-293.
- VILAÇA, R. L. (1991), O povoado pré-histórico dos Alegrios (Idanha-a-Nova), Notícia preliminar, *Beira Alta*, Vol. L, fasc. 1/2, Viseu, pp. 139/167.



Est. I – Povoado fortificado calcolítico e da Idade do Bronze de Castelo Velho, de Freixo de Numão (V^a N^o de Foz Côa)
(foto de António Sá Coixão, após escavações de 1994).



Est. II – Carro votivo, em bronze, do povoado do Bronze Final de N^a S^a da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul) (foto de José Pessoa, Arquivo Nacional de Fotografia).



Est. III – Estela do Bronze Final de Ervidel 2, Herdade do Pomar, Ervidel (Aljustrel)
(foto de José Pessoa, Arquivo Nacional de Fotografia).